

Práticas pedagógicas na encruzilhada: Caminhos e desafios para um Ateliê Integrado Remoto

Prácticas pedagógicas en la encrucijada: Caminos y desafíos para un Taller Integrado Remoto

Sessão Temática: O processo de projeto

POLIZZO, Ana Paula; Doutora; DHT.FAU.UFRJ

polizzo@fau.ufrj.br

RACCA, Gustavo Badolati; Doutor; DARF.FAU.UFRJ

gustavoracca@fau.ufrj.br

PÉREZ, Ayara Mendo; Doutora; DPA.FAU.UFRJ

ayara.mendo@fau.ufrj.br

COELHO, Letícia Castilhos; Doutora; DPUR.FAU.UFRJ

leticiaacoeelho@fau.ufrj.br

Resumo

Os autores apresentam suas experiências enquanto coordenadores do Ateliê Integrado I (AI-1) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU UFRJ), em um momento de adequação da proposta pedagógica ao ensino remoto imposto pela pandemia da Covid-19 e o contexto de distanciamento social dele decorrente. Neste artigo, refletem a partir dos desafios para pautar debates interdisciplinares contemporâneos conciliando diferentes agendas, mas valendo-se de distintos pontos de vista de uma abordagem multi departamental do curso.

Palavras-chave (3 palavras): práticas pedagógicas em arquitetura e urbanismo, ensino em arquitetura e urbanismo, encruzilhada.

Abstract

The authors present their experiences as coordinators of Ateliê Integrado I (AI-1) of Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU UFRJ), when the pedagogical proposal has to be adapted to remote teaching due to the Covid-19 pandemic. In this paper, they reflect from the challenges to guide contemporary interdisciplinary debates

reconciling different agendas, but using different points of view of a multi-departmental approach to the course.

Keywords: pedagogical practices in architecture and urbanism, teaching in architecture and urbanism, crossroads.

Práticas pedagógicas na encruzilhada: Caminhos e desafios para um Ateliê Integrado Remoto

Educados na lógica normativa, somos incapazes de atentar para as culturas de síncope, aquelas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras imaginativas de se preencher o vazio, com corpos, vozes, cantos. O problema é que para reconhecer isso temos que sair do conforto dos sofás epistemológicos e nos lançar na encruzilhada da alteridade, menos como mecanismo de compreensão apenas e mais como vivência compartilhada. A síncope é a arte de dizer quando não diz e não dizer quando se está dizendo (SIMAS; RUFINO, 2018, p.19)

O trabalho aqui apresentado parte de um desafio pedagógico imposto pela pandemia de Covid-19 e o contexto de distanciamento social dele decorrente. Em um momento de grave crise sanitária de escala global, as nossas rotinas foram diretamente afetadas em função do processo de isolamento. Escolas e universidades foram completamente fechadas e o ensino remoto foi o caminho possível para docentes e discentes em todo o mundo.

No Brasil, diante da gritante desigualdade social, o retorno às atividades foi pauta de muita discussão ao longo de todo o primeiro semestre de 2020. Grande parcela dos estudantes das universidades públicas federais havia retornado às suas cidades de origem (em função do SISU – Sistema de Seleção Unificada), ou, ainda, apresentavam grandes dificuldades tanto de acesso a rede de internet, ou mesmo a disponibilidade de equipamentos necessários para o novo formato de ensino. Todas essas fragilidades lançavam cada vez mais luz às enormes diferenças econômicas e sociais da própria população brasileira, e que a pandemia viria a aguçar ainda mais, fato facilmente verificável no cotidiano de nossas cidades.

Após muitas discussões, as atividades acadêmicas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU UFRJ) foram retomadas em agosto de 2020, em Período Letivo Excepcional (PLE), para o qual fomos impelidos a repensar nossas atividades pedagógicas. Ainda isolados em nossas próprias casas, estudantes e professores passaram então a estabelecer um modo de vida intermediado por telas e câmeras.

Se por um lado, este formato trouxe novas realidades para a formação e para a própria vivência universitária - cujas consequências talvez ainda não sejamos capazes de mensurar

– por outro, abriu algumas possibilidades de atuação nas brechas, nas “frestas”¹ do nosso próprio aparato institucional. Assim, foram possíveis novas experimentações enquanto sala de aula que viabilizaram estratégias de “reexistência” (SIMAS, 2019) frente à realidade, uma forma de reinvenção da vida, possibilitada pela reafirmação de laços associativos e a construção de uma noção de pertencimento ao grupo e ao próprio território, tão esgarçado pelo distanciamento social e pela constante naturalização dos espaços virtuais.

Nesse contexto, em que corpos de estudantes e professores se encontravam dispersos geograficamente, aliado ainda a uma completa fragilização decorrente de todas as condições impostas, uma abordagem digital de ensino que possibilitasse um constante estar-com-o-outro nestes novos atravessamentos espaço-temporais fazia-se necessário. Surge então, como possibilidade, a partir das novas relações cotidianas, encarar novos questionamentos dentro do nosso próprio campo do saber e repensar nossa própria ação docente tomando como ponto de partida todas as incertezas enfrentadas.

Desenha-se num primeiro momento, como brecha na estrutura curricular da FAU/UFRJ, uma disciplina eletiva² que articulou de forma interdepartamental³ um curso que tivesse um caráter essencialmente experimental, multi e interdisciplinar. Neste, problematizou-se ainda a própria noção do habitar contemporâneo a partir de uma perspectiva pandêmica, a fim de desenvolver metodologicamente novas abordagens para problemas do pensamento sobre arquitetura e projeto. Foi importante, portanto, compreender o quão contraditório seria, naquele momento, buscar respostas prontas ou definitivas para questões ainda em processo de formação. Logo, partiu-se do pressuposto que, ao se debruçar sobre a questão recente do habitar na cidade em tempos de Covid-19, as ações de projeto poderiam se mostrar enquanto possibilidades de construir “boas perguntas” sobre aquelas circunstâncias. Assim, alunos eram impulsionados a gerar reflexões e proposições impulsionadas por suas próprias vivências, especialmente no complexo contexto pandêmico.

Esta experiência inicial foi essencial para a consolidação durante três períodos letivos – entre novembro de 2020 (período letivo 2020.1) até outubro de 2021 (período letivo 2021.1) – da prática do Atelier Integrado 1, estrutura curricular do segundo ano de formação, momento chave de mudança do ciclo fundamental para o ciclo avançado da FAU/UFRJ. Esta foi composta por quatro disciplinas (Projeto de Arquitetura II, Projeto Paisagístico I, Teoria de Arquitetura I e Gráfica Digital), vinculadas a quatro diferentes departamentos (DPA, DPUR,

¹ Aqui mobilizamos o conceito de “fresta” abordado por Luiz Antonio Simas. Para o autor, “é neste vazio - fresta - que eclodem as táticas de resiliência que jogam com as ambiguidades do poder, dando golpes nos interstícios da própria estrutura ideológica dominante.” (SIMAS; RUFINO, 2018, p. 14).

² A Disciplina “Habitar Hoje” (ofertada em período letivo excepcional) foi composta por três disciplinas de três departamentos diferentes: Relações entre Teoria e Prática Arquitetônica (DPA); Arquitetura e Identidade (DHT); e Comunicação Visual (DARF), ministradas respectivamente pelos professores Ayara Mendo Perez, Ana Paula Polizzo e Gustavo Badolati Racca.

³ Vale ressaltar que a FAU/UFRJ é uma instituição ainda fortemente caracterizada por departamentos: Departamento de Análise e Representação da Forma (DARF), Departamento de Estruturas (DE), Departamento de História e Teoria (DHT), Departamento de Projeto de Arquitetura (DPA), Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR) e Departamento de Tecnologia e Construção (DTC).

DHT e DARF), realizadas em formato remoto. Para tal foi viabilizada igualmente uma coordenação colegiada de quatro docentes⁴ das diferentes disciplinas componentes. Estes atuavam a partir de suas abordagens “disciplinares” específicas (arquitetura, urbanismo, teoria da arquitetura e expressão gráfica), porém buscando muito mais reforçar seus pontos de contato e suas convergências, e não as próprias especificidades em si. Desta forma, as fronteiras entre as disciplinas eram constantemente borradas e questionadas. Igualmente, as condições contemporâneas que impactavam diretamente o pensar-fazer arquitetura naquele momento eram problematizadas, trazendo para o debate interlocutores em outros campos do saber, como a literatura, a antropologia, a história, as artes-plásticas, mobilizando, também, diversas referências de forma a possibilitar a construção de um espaço de reflexão que promovesse o trânsito entre disciplinas e a experimentação. Como nos lembra o sociólogo português Boaventura de Souza Santos com relação à defesa das especificidades ou mesmo da “sacralidade” das fronteiras disciplinares:

Insistir nas fronteiras frequentemente supôs impedir a consolidação de novas disciplinas ou campos científicos. No entanto, a realidade é que alguns dos novos avanços mais inovadores no conhecimento científico nas últimas décadas foram produzidos precisamente “entre fronteiras”. Não me refiro à “interdisciplinaridade”, uma espécie de colaboração entre as disciplinas que pressupõe respeitar as fronteiras. A diferença da vigilância típica da interdisciplinaridade, o “trabalho de fronteira” a qual me refiro pode, no melhor dos casos, gerar novos objetos, novas perguntas e novos problemas e, no pior caso, conduzir a “colonização” de novos espaços, presas no conhecimento submetido aos “velhos” modelos (SANTOS, 2017, p.232-233).

Atualizando as questões visitadas na experiência anterior, convidamos estudantes e professores do quarto período a se debruçarem sobre a questão do “habitar a cidade aberta”, à luz do debate proposto por Richard Sennett em “Construir e habitar” (2018)⁵. Partindo das indagações do autor sobre a cidade, propúnhamos um atelier de pensamento-projeto mais interessado “em entender as coisas surpreendentes ou intrigantes do que em confirmar o que poderia ser previsto antecipadamente.” (SENNETT, 2018, p.16) Tendo essa entrada como um disparador de questões, tensionado ainda pelas condições trazidas pelo cotidiano pandêmico, propôs-se questionar a própria noção de “habitar” para além da moradia no sentido estrito e absoluto, conciliando a esfera doméstica e a esfera pública, o individual e o coletivo, a

⁴ A Profa. Ayara Mendo Perez é Arquiteta e Urbanista, Doutora pelo IPPUR/UFRJ, professora adjunta no Departamento de Projeto de Arquitetura (DPA/FAU/UFRJ); a Profa. Letícia Castilhos Coelho é Arquiteta e Urbanista é Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR/ UFRGS, Doutora pelo IPPUR/UFRJ e é Professora Adjunta no Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente (DPUR/FAU/UFRJ); a Profa. Ana Paula Polizzo é Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em História Social da Cultura pela PUC/RJ e é Professora Adjunta do Departamento de História e Teoria (DHT/FAU/UFRJ); o Prof. Gustavo Badolati Racca é Arquiteto e Urbanista, Mestre e Doutor em Urbanismo pelo PROURB/FAU/UFRJ e é Professor Adjunto do Departamento de Análise e Representação da Forma (DARF/FAU/UFRJ).

⁵ Em “Construir e habitar: Ética para uma cidade aberta” (SENNETT, 2018), o sociólogo Richard Sennett traz para o debate a compreensão de cidades enquanto narrativas indeterminadas e incompletas, abertas à imprevisibilidade, como resposta ao planejamento rígido e determinista.

formalidade e a informalidade, a arquitetura e a cidade, dissolvendo dicotomias e possibilitando manifestações compreendidas a partir das “culturas de frestas”. Estas, conforme aponta Luiz Antonio Simas, seriam “aquelas que driblam o padrão normativo e canônico e insinuam respostas inusitadas para sobreviver no meio que normalmente não as acolheria”. (SIMAS, 2019, p. 27). Dessa forma, pensamos que as circunstâncias acadêmicas constituíram oportunidade para, através de abordagens experimentais no curso, borrar fronteiras disciplinares, operando por meio da identificação e resgate de “síncopes epistemológicas”. Assim, retomamos mais uma vez as questões apontadas por Simas:

O problema é que somos educados não apenas para ignorar, mas para desprezar as culturas de síncope, aquelas que subvertem ritmos, rompem constâncias, acham soluções imprevisíveis e criam maneiras imaginativas de se preencher o vazio do som e da vida com corpos e cantos. (SIMAS, 2019, p. 27).

Pautados por esses desafios e princípios, podemos, de forma sintética, afirmar que o curso buscou promover uma leitura sistêmica e um debate acerca das condições de sociabilidade e habitabilidade – tanto estabelecidas quanto marginais – dialogando com campos disciplinares distintos, de forma a sensibilizar o estudante para apropriação da arquitetura e do urbanismo como linguagem provocadora e questionadora a fim de desenvolver metodologicamente novas abordagens para questões de projeto, acionando, para tal, as mais diversas ferramentas disponíveis no momento. Para tanto, foram estimuladas ações operativas de pensamento projetual por meio de distintas mídias e meios de expressão como o audiovisual, o debate verbal, o desenho, a fotografia etc., sempre de maneira compartilhada e coletivizada para os grupos pudessem contribuir e se apropriar constantemente.

Sendo assim, o curso foi estruturado em 3 módulos:

- Módulo 1 (Construção de questões) - teve o objetivo de aproximar e acionar temáticas abordadas pelos estudantes. Este processo se baseou no reconhecimento do território e no entrecruzamento de referências (literárias, projetuais, artísticas, fílmicas etc.) que serviram de base para a fundamentação e para o tensionamento do debate, orbitando ao redor dos seguintes temas: habitar o coletivo; a resignificação do espaço público e do cotidiano na contemporaneidade; e fragilidades e desafios em contexto de vulnerabilidade socioespacial.
- Módulo 2 (Abordagens e estratégias de projeto) - as narrativas propositivas eram sedimentadas a partir das questões levantadas no módulo 1, almejando a espacialização das propostas visando a sua exequibilidade técnica.
- Módulo 3 (Cenários Propositivos) - as propostas de intervenção eram amadurecidas construtivamente de forma a favorecer a compreensão das relações espaciais mais específicas, incluindo a materialidade, tectônica e sistema construtivo.

A área de ação escolhida conformou um recorte no centro da cidade do Rio de Janeiro, um território que condensa diversos graus e camadas de complexidade socioespacial,

compreendendo que intervenção e paisagem urbana (em suas diversas dimensões históricas, culturais, antropológicas etc.) são intimamente conectadas, favorecendo o caráter transdisciplinar do curso. Cabe lembrar, que a escolha do lugar de trabalho buscava, também, resgatar a memória espacial dos próprios estudantes que já haviam experimentado esses espaços em disciplinas iniciais do curso em visitas ao centro da cidade. Assim, ainda que a deriva pelo por esse território específico se desse através de ferramentas digitais, imagens de satélite e “street views”, o debate era complexificado pelo resgate dessas memórias dos próprios estudantes e por um questionamento sobre o processo de esvaziamento enfrentado pelo espaço público, imposto pela pandemia, e os possíveis desdobramentos ou olhares decorrentes dessa condição específica⁶.

Buscou-se assim, proporcionar uma abordagem que não condicionasse a ação de projeto a uma definição programático-funcional dada *a priori*, mas que, ao contrário, pudesse ser construída pelo estudante enquanto ações possíveis decorrentes de um embate direto com o território, os sujeitos e suas especificidades. A noção de projeto enquanto lógica linear é assim desmontada e pode ser compreendida teórico-metodologicamente, nesta perspectiva, mobilizados pelas ideias colocadas pelo historiador Luiz Antonio Simas e pelo pedagogo Luiz Rufino, como um “cruzo”, “entrecruzamento”, um “encruzo”, ou seja, um saber sempre dialógico e inacabado (SIMAS; RUFINO, 2018):

O cruzo, o encruzamento ou o encruzar emerge como perspectiva teórico-metodológica assentada nos complexos de saber das macumbas brasileiras [...]. Em outras palavras, reconhecermos as macumbas brasileiras como lócus de produção de conhecimentos implica, em principalmente, partirmos de suas próprias práticas-teóricas para repensá-las, como também para pensar a partir de seus princípios – historicamente subalternizadas – outros campos, sempre como um fazer inacabado e dialógico, feito as artes do saber dos velhos cumbas; aquela que amarra e desamarra pontos, costurando uma rede infinita (SIMAS; RUFINO, 2018, p.25)

Em outras palavras, propunha-se uma espécie de travessia quase que às cegas – afinal o ponto de chegada não era pré-determinado – numa jornada em que todo o grupo (composto por 20 estudantes, 4 professores e contando ainda com a colaboração dos monitores das disciplinas) caminharia e pesquisaria junto, compartilhando e coletivizando ideias em um único ambiente-tela-painel, desfazendo-se completamente da noção do operar o conhecimento enquanto ato individual e solitário. Como uma provocação, pode-se pensar tal experiência como uma espécie de “errância virtual”, intencionalmente proposta para dialeticamente conduzir a um estado de consciência em que, mesmo nas condições “estáticas” em que os corpos de alunos e professores se encontravam frente à tela, permitiam-se à deriva através dos encontros e trocas pelo espaço virtual. Se considerarmos que “os errantes são (...)

⁶ Cabe ressaltar que para a construção desses olhares, o entrecruzamento transtemporal dos debates trazidos por João do Rio e Luiz Antonio Simas (com “A alma encantadora das ruas”, do início do século XX e “O corpo encantado das ruas” de 2019 respectivamente) tiveram um papel fundamental.

aqueles que realizam errâncias urbanas, experiências urbanas específicas” (JACQUES, 2012, p. 19) e, se éramos tolhidos de realizar efetivamente uma experiência errática urbana, propunha-se a errância, nesse caso, como “uma possibilidade de crítica, resistência ou insurgência contra a ideia do empobrecimento, perda ou destruição da experiência a partir da modernidade” (JACQUES, 2012, p. 19).

Para tal, foi fundamental compreender, tanto o processo de construção das questões quanto as diversas abordagens e estratégias de projeto delas decorrentes, como um campo contínuo de invenção produzido, sempre, no encontro com o pensamento do outro. A partir deste processo, modos singulares de autoria iam sendo gestados dentro do próprio grupo, decorrentes de um “pensar-fazer” ou ainda, de uma “pesquisa-projeto” enquanto um *modus operandi* constantemente compartilhado, espaço onde as ideias eram atadas e desatadas, reinventado assim, possibilidades de sociabilização do espaço remoto da sala de aula, promovendo diferentes entrelaçamentos e relações entre sujeitos, contextos e ideias.

Em ambiente virtual, essa experiência foi possibilitada pela utilização de plataformas de trabalho e compartilhamento coletivo, tanto em reuniões online no *Google Meet* ou *Zoom*, quanto em “mesas” virtuais como o *Miro*. Neste último, estudantes e professores eram capazes de articular diferentes mídias para a construção colaborativa de conhecimento de modo síncrono e assíncrono. A área de trabalho se mantinha viva à medida que o debate avançava para além dos interesses de cada grupo isoladamente, garantindo, assim, a troca inusitada de informações. O *Miro* permitiu um ambiente de sala de aula que operasse por meio de uma coleção de informações, um grande atlas de imagens, textos, desenhos, vídeos, sons, que iam sendo sedimentados, montados, desmontados e remontados ao longo do processo, numa grande “encruzilhada virtual”.

Cada um (estudantes, professores, monitores) tinha um papel importante nesse jogo, como uma peça no tabuleiro, um fio na trama de informações coletadas e produzidas na constante atividade projetual. Cada um, ao tomar posse do seu próprio ponto de vista e ao interagir com os outros, ia se colocando coletivamente a partir de seu próprio projeto nessa teia mais complexa: qualquer movimento que um indivíduo pudesse vir a fazer, interferiria no pensamento-ação de outros participantes da trama. Assim, o papel dos professores era estimular a construção de aproximações sempre provisórias, fragmentárias, não lineares, mantendo a reflexão viva e corroborando para a importância processual do projeto, em detrimento de uma ação pautada na geração de produtos específicos.

Cabe lembrar que, ainda que se tratando de um espaço virtual, buscamos compreender a geração deste espaço educativo como uma grande “encruzilhada” em que os corpos e saberes se encontram, convivem, conflitam, interagem e produzem juntos. Essas muitas salas de aula possíveis, onde são desestabilizadas as relações hierárquicas entre alunos e professores e onde o ambiente de competição dá lugar ao pensamento coletivo em colaboração, são entendidos aqui como espaços micropolíticos em cujas ações prosperam para a transformação constante. É, assim, urgente repensar as práticas em sala de aula e a

desconstrução de sua característica condição de ferramenta de controle, debatendo cada vez mais sobre a produção de uma prática docente crítica que “envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 2011, p.27).

Através desta própria prática, somos impelidos a pensar-fazer o processo de formação de novos profissionais, ou até mesmo a própria noção de "formação", "formatação" reconhecendo as forças que nela prevalecem para o enrijecimento e a fixidez dos próprios modos de pensar. Nesse sentido, assumindo a sala de aula como lugar, por excelência, promissor e potente para esse debate e, reconhecendo, como defendido por Paulo Freire, seu papel emancipador e libertário para a educação, nos motiva a experimentação e a criação de metodologias que desestabilizam, nesses termos, o campo da arquitetura e do urbanismo. Para tanto, importa, ao criar essa sala de aula, nos colocarmos como “ser[es] aberto[s] a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; (...) ser[es] crítico[s] e inquiridor[es], inquieto[s] em face da tarefa que te[mos] — a de ensinar e não a de transferir conhecimento” (FREIRE, 2011, p.33).

O estímulo às referidas práticas e experimentações metodológicas no contexto de ensino remoto vem, também, impulsionado pela percepção do surgimento ou rebatimento de novas pautas provocadas por estudantes. Estas, vêm exigindo, de maneira ora implícita, ora explícita, a promoção de debates de novos temas que mobilizem metodologias não hegemônicas, corroborando para uma “escrita inventiva na universidade”, enquanto potência transformadora (RAMOS DO Ó, 2019). Assim, novas questões no campo da arquitetura e do urbanismo, desmontam-se de uma ideia objetiva de projeto enquanto “resposta absoluta” a um problema prévio, dando lugar a uma abordagem aberta. Afinal, inseridos em um mundo em crise, que se transforma sem rumo antecipável, como antever as possibilidades, senão pela construção e desconstrução no-e-pelo processo?

Mesmo em uma situação política instável, sustentados em muitas incertezas e em um constante processo de desprestígio da Universidade Pública, é importante refletir sobre os procedimentos pedagógicos em arquitetura e urbanismo como uma aposta na possibilidade de alargamento das condições de leitura e apreensão das nossas condições e demandas para, assim, contribuir com novas formas de pensamento na busca por futuros possíveis.

Referências:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

JACQUES, Paola Berenstein. **Elogio aos errantes**. Salvador: EDUFBA, 2012.

RAMOS DO Ó, J. **Fazer a mão: por uma escrita inventiva na universidade**. Lisboa: Edições do Saguão, 2019.

RUFINO Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SENNETT, Richard. **Construir e habitar: ética para uma cidade aberta**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

SIMAS Luiz Antonio; RUFINO Luiz. **Fogo no Mato: a ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.

SIMAS Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.